



Representantes de Escola



Subsídios

Encontro dos Professores Representantes de Escola

14 de novembro de 2014

Edição nº 09

Boletim

2014: um ano de muitos debates e proposições

Durante este ano, participamos da discussão/proposição das nossas teses nas Conferências preparatórias para a CONAE/2014 e elegemos professores de todo o Estado para nos representar em Brasília em novembro. Participamos do Fórum Estadual de Educação, das Conferências Municipais preparatórias para a CONAE/2014 e dos fóruns para a construção de Planos Municipais de Educação. Participamos, também, da Comissão Paritária e do Grupo de Trabalho instituído pela Secretaria da Educação. Em todos os espaços defendemos sempre as propostas dos associados.

Consolidar as propostas encaminhadas pelos associados não foi trabalho fácil, algumas se contradizem, outras fogem da nossa área de possível atuação, outras eram de ordem pessoal, entretanto, conseguimos formalizar um documento com as propostas que foram consenso e, o mais importante, consolidar a concepção de Educação, Escola Pública, Estatuto e Carreira que queremos.

As propostas defendidas pelos educadores

Em primeiro lugar, os documentos encaminhados defendem a ideia de que o Estatuto e o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação precisam ser representativos, o que exige a participação dos profissionais da educação na sua discussão-construção-avaliação. Este é para todos o processo que ratifica o compromisso do governo e da sociedade para com a educação pública de qualidade e valorização de seus profissionais.

Os educadores querem um Estatuto e Plano de Carreira traduzido em políticas públicas que, de fato, valorizem todos os profissionais e a escola pública como um todo e não um plano de governo, passageiro e casuístico.

Para garantir condições de trabalho e de aprendizagem:

As concepções defendidas nas propostas encaminhadas indicam a defesa da instituição escolar como espaço propício à liberdade de expressão, à promoção dos direitos humanos, à inclusão educacional e à formação contínua dos profissionais da educação. Mas, “pé no chão”, os educadores indicaram o “como” concretizar o ideal projetado:

- formação contínua, qualificada e em serviço para os profissionais da educação;
- possibilidade de produção e/ou oferta de materiais didático-pedagógicos testados e aprovados pelos educadores;
- garantia de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nas escolas, assim como a vivência do trabalho coletivo e interdisciplinar, da gestão democrática por meio do Conselho de Escola, APM, Grêmios, entre outros;
- ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, de profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores ou intérpretes de libras, guias-intérpretes para surdo-cegos e professores de libras. Assegurar aos profissionais da educação formação continuada referente à inclusão de pessoas com deficiências;
- instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos;
- regras claras e discutidas com a comunidade escolar para a instituição da ALE;
- ampla discussão a respeito do ensino em tempo integral;
- abolição das políticas que visam punir os profissionais por meio do “controle” das ausências.

Para garantir Estatuto e Plano de Carreira digno:

- estabelecimento de disposições transitórias que contemplem a correção das distorções da Lei Complementar nº 836/97, alterada pela Lei Complementar nº 958/04 e que até hoje persistem, prejudicando ativos e aposentados;
- provimento efetivo para os cargos: Professor, Coordenador Pedagógico, Orientador Educacional, Diretor de Escola e Supervisor de Ensino;
- previsão dos postos de trabalho a serem ocupados por Professor Ocupante de Função-Atividade, com garantia de regras justas para a sua contratação, direitos e tratamento digno no exercício da profissão docente, conferidos aos demais profissionais;
- concurso Público periódico, de provas e títulos para provimento de todos os cargos, em todos os níveis. Período probatório após aprovação em concurso, conforme o previsto na Constituição Federal;
- ações para a formação em serviço comprometidas e articuladas com a qualidade educacional, de médio e longo prazo, inseridas em projeto de Estado e não de governo;

- cumprimento da Lei Federal nº 11.738/2008, que obriga na composição de Jornada de Trabalho Docente a observação do limite máximo de 2/3 com interação com os educandos;
- concurso de remoção para todos os cargos, precedendo, sempre, o de ingresso, quer ele seja regionalizado ou não, sendo oferecidas para ingresso somente as vagas remanescentes do concurso de remoção;
- exigência para a ascensão na carreira de no mínimo três anos de experiência de um cargo para outro, além dos demais previstos na Constituição Federal e acesso aos cargos somente pelo tempo de experiência na Rede Pública Estadual Paulista.

Para garantir a valorização:

- manutenção das vantagens obtidas no cargo de origem quando da ascensão na carreira;
- estabelecimento de critérios exequíveis de valorização e promoção do Quadro do Magistério baseados no aperfeiçoamento acadêmico, no tempo de serviço e na atuação no local de trabalho sem teto para a evolução;
- reenquadramento dos aposentados respeitando a isonomia salarial com os da ativa e considerando os cargos de igual característica e jornada;
- regras de aposentadoria iguais para todos os cargos da carreira: aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho, se mulher, e 30 anos para homem;
- o mesmo tratamento e os mesmos direitos da carreira para os Professores Readaptados.

As concepções

Em todas as discussões foi afirmada e reafirmada a importância da aplicação de recursos públicos em educação pública, de forma a assegurar atendimento a todas as escolas, com padrão de qualidade e equidade, bem como a valorização dos profissionais da educação.

As análises dos associados indicam o desejo por políticas públicas que tenham aporte financeiro capaz de concretizar a Educação como prioridade, de expressar o reconhecimento dos esforços desenvolvidos pelos profissionais da educação, inclusive garantindo salário digno para todo o magistério, tanto os que estão na ativa, como os aposentados.

Os princípios éticos

A Educação nos encaminhamentos dos Diretores Regionais e professores representantes, é entendida como um instrumento de formação ampla e da emancipação social que tem como objetivo o preparo dos cidadãos para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de inclusão e de qualidade social para todos.

E, por fim, aqueles que participaram dos debates promovidos pela entidade entendem que a escola, bem como o Estatuto e a Carreira da categoria devem ser garantidos e financiados pelo Estado e precisam ser construídos por estudantes, pais, profissionais da educação. Destacaram, também, a urgência na correção de distorções e a superação de políticas casuísticas. Para todos, só assim poderemos, governo e sociedade, contribuir para atingir o sonho maior: uma educação inclusiva, democrática e de qualidade social para todos.

Encontro dos Professores Representantes:

- os temas analisados no ano de 2014 foram sugeridos pelos professores e diretores regionais durante as reuniões realizadas no ano anterior e também por e-mails;
- os subsídios foram disponibilizados no portal (Comunicação/Boletim), no Jornal dos Professores e entregues aos representantes que compareceram ao Encontro;
- a apresentação do tema foi disponibilizada no Portal e no programa **Espaço do Representante**/TVCPP foram abordadas questões levantadas durante o Encontro e/ou enviadas por e-mail.
- dentre as providências especiais para que tudo transcorresse com tranquilidade, destacamos o encaminhamento dos convites aos professores, elaboração e organização do material de apoio, preparação das listas de presença.

Como se vê, a realização dos *Encontros dos Professores Representantes de Escola do CPP* exigiu muita dedicação e trabalho coletivo, inclusive dos representantes do Departamento Jurídico e da Procuradoria.

O comparecimento dos professores aos Encontros foi bom, tendo em vista a dificuldade de mobilização da categoria pelo fato das ausências, mesmo com a autorização do governo, penalizarem em alguns casos. Os Encontros transcorreram em um clima de participação respeitosa, bem diferente do que acontecia em anos anteriores. A participação via correio eletrônico e pela TV CPP aumentou.

Esperamos sugestões de temas e procedimentos para os Encontros/2015.

José Maria Cancellero
Presidente do CPP

Maria Cláudia de Almeida Viana Junqueira
Coordenadora do Encontro

Organização e redação: Maria Claudia de Almeida Viana Junqueira.

Revisão: Antonia Amorim Alves. **Layout:** Adriana Lúcia Rodrigues